

PERFIL DAS PRIVADAS DE LIBERDADE DA EJA E A FORMAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES PRISIONAIS: ESTUDO EM UMA PENITENCIÁRIA DO RIO DE JANEIRO.

Marcio Roberto Antunes Ferreira ¹

Sheila da Silva Ferreira Arantes ²

Jorge Eduardo Mansur Serzedello³

RESUMO

O aprisionamento de mulheres está crescendo exponencialmente no país. Dada a educação ser um direito universal garantido por lei, torna-se de extrema importância assegurar este direito fundamental nas prisões, pois a educação é uma ferramenta essencial para a reabilitação e reintegração social dessa população. Este estudo visa expor uma pesquisa realizada em uma unidade escolar, localizada dentro de uma penitenciária prisional feminina na cidade do Rio de Janeiro. Através deste contexto tão pouco explorado e referenciado, analisar como esses dados podem contribuir para a formação continuada de professores prisionais. Utilizando uma abordagem mista, foram coletados dados através observações sociodemográficas e educacionais em um questionário aplicado em 62 alunas desta unidade. O objetivo do estudo foi delinear um perfil das alunas que frequentam a unidade escolar, descrevendo as características demográficas, socioeconômicas dessa população, bem como as suas necessidades educacionais específicas. Os resultados obtidos, quando possível, foram cruzados com os dados disponibilizados pelo governo federal. Logo, as conclusões destacam a importância de adaptar a formação dos professores prisionais para atender às particularidades dessa população, promovendo uma educação mais eficaz e inclusiva.

Palavras-chave: Educação prisional, Formação continuada de professores, Mulheres presas, Privação de liberdade, Educação de jovens e adultos prisionais.

INTRODUÇÃO

O crescimento acelerado da população carcerária feminina no Brasil, país que atualmente ocupa a quarta posição no ranking mundial de encarceramento, coloca em evidência a necessidade urgente de políticas públicas voltadas para a promoção da justiça social e para a reintegração dessas mulheres na sociedade. Em particular, a

1 Mestrando do Curso de Novas Tecnologias Digitais na Educação do Centro Universitário Carioca - UNICARIOCA, marcioraferreira@email.com;

2 Doutoranda de Ciência da computação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, sheila@csaber.com.br;

3 Doutor pelo Curso de Ciência da computação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, mansur@on.br.

educação prisional, garantida pela Constituição Federal de 1988 e por outras legislações específicas, emerge como uma ferramenta crucial nesse processo, oferecendo às privadas de liberdade não apenas a possibilidade de acesso ao conhecimento, mas também a esperança de uma vida diferente após o cumprimento da pena.

Neste contexto, a presente pesquisa teve como objetivo delinear o perfil sociodemográfico e educacional das alunas de uma unidade escolar situada em uma penitenciária feminina no Rio de Janeiro, bem como discutir como esses dados podem orientar a formação continuada dos professores que atuam nesse ambiente. A abordagem metodológica mista, baseada em dados quantitativos e qualitativos, permitiu uma análise aprofundada das características dessa população, levando em consideração as suas necessidades específicas e os desafios enfrentados no ambiente prisional.

Os resultados obtidos apontam para a importância de adaptar a formação dos educadores prisionais às particularidades das mulheres privadas de liberdade, promovendo uma educação mais inclusiva e eficaz. Além disso, destaca-se a relevância de integrar recursos tecnológicos e práticas pedagógicas inovadoras para superar as limitações impostas pelo contexto prisional.

Por fim, a pesquisa reforça a necessidade de uma abordagem interseccional na formulação de políticas educacionais para o sistema prisional, considerando as diversas opressões de gênero, raça e classe que afetam essa população. As conclusões evidenciam que a educação em prisões deve ser entendida não apenas como um direito, mas como um mecanismo vital para a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Brasil é um país multicultural, marcado historicamente pelo genocídio e pela escravidão de populações indígenas, negras e imigrantes. Apesar dessa diversidade, a população carcerária revela um padrão dominante de mulheres de baixa renda, pardas ou negras e com baixos níveis educacionais (Jager *et al.*, 2021). Segundo o Senappen (2023), dois terços das mulheres encarceradas são mães, e 57% têm mais de um filho, sendo muitas delas as únicas provedoras de suas famílias (Brasil, 2023).

Diante desse cenário, torna-se crucial implementar medidas que promovam a justiça social, com a escola desempenhando um papel central na redução dos índices de reincidência e na superação dos desafios do sistema prisional (Jager *et al.*, 2021). A educação deve equilibrar o ideal com a realidade, preparando o indivíduo para viver com autonomia e responsabilidade, abordando as diversas camadas da privação de liberdade.

A educação, enquanto promotora da formação humana, desenvolve indivíduos

capazes de transformações sociais, culturais e tecnológicas. Essa formação está ligada à produção e às relações de classe, que moldam a consciência e a identidade em uma sociedade capitalista (Musto, 2019). Numa perspectiva humanista, Freire (2023) defende a educação como um processo interativo, influenciado pelas relações de poder, em que os alunos são agentes ativos do seu aprendizado, contribuindo para a justiça social.

Em uma visão progressista, Dewey (2023) destaca a experiência como base do aprendizado, propondo uma educação prática e democrática, que promove o crescimento intelectual e social. Já o construtivismo foca nas interações sociais como base para o desenvolvimento humano, onde o convívio social é essencial para a autonomia e a criação de normas que regem a vida em sociedade (Zafani, Colombani; Yazawa, 2023).

A educação deve ser vista como um instrumento de libertação, capacitando os indivíduos a transformarem suas realidades. Freire (2023) argumenta que a educação tradicional perpetua opressões, enquanto a escola pode promover uma educação integral que transcende a simples transmissão de conhecimento, preparando os estudantes para a autolegislação e para a construção do seu senso moral (Zafani, Colombani; Yazawa, 2023).

O entendimento da formação humana e da educação é fundamental para a discussão dos direitos humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) estabeleceu direitos universais, incluindo a educação, como pilares de sociedades justas e democráticas (Silva, Lima; Santos, 2021; Basso, Nogaro; Fensterseifer, 2023). A Constituição Federal Brasileira (1988) garante o direito à educação a todos, incluindo aqueles privados de liberdade, e a legislação brasileira complementa esse direito com a Lei de Execução Penal (LEP), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), entre outros marcos legais (Da Silva, Lima; Santos, 2021).

Apesar das garantias legais, há uma dessincronia entre os Poderes Legislativo e Executivo, dificultando a implementação efetiva da educação nas prisões (Julião, 2016; Jager *et al.*, 2023). A educação em prisões, representada pela modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), é uma ferramenta crucial para a reintegração social e a redução da reincidência. Compreender o perfil sociodemográfico e educacional dessa população é essencial para adaptar a formação continuada dos professores prisionais, um dos focos centrais deste estudo.

Contexto da Unidade Escolar

A unidade escolar selecionada para a aplicação da pesquisa está localizada em uma penitenciária no Rio de Janeiro. Originalmente, o prédio abrigava menores infratores, mas, no final de 2019, foi reestruturado para acomodar mulheres em situação de privação de liberdade. Essas mulheres foram transferidas de uma instituição

que antes fazia parte de um grande complexo penitenciário. Atualmente, a penitenciária onde a escola está situada encontra-se na periferia da cidade do Rio de Janeiro, em uma rua que também abriga um sanatório penal, uma delegacia de polícia e outra instituição penitenciária feminina.

A escola é bem estruturada e organizada, oferecendo um ambiente propício à educação. Funciona em dois turnos (manhã e tarde), com sete salas de aula, cada uma com capacidade para 15 alunas, totalizando até 105 alunas por turno. Há possibilidade de ampliação da estrutura física para aumentar a oferta de ensino. Além das salas de aula, a escola possui uma biblioteca bem equipada, com livros de diversas abordagens e estilos literários, inclusive em outras línguas, destinados exclusivamente às alunas e professores. Outros ambientes incluem banheiros específicos para as alunas, um bebedouro de água resfriada em um corredor que corre paralelo às salas de aula, uma sala dos professores com banheiro e cozinha, secretaria, almoxarifado, coordenação pedagógica e direção escolar.

A iluminação das salas de aula é feita por luz artificial, com duas luminárias em cada sala, embora nem sempre estejam em perfeito funcionamento. Todas as salas possuem janelas gradeadas, cobertas por cortinas simples, e que dão para um muro de aproximadamente 5 metros de altura, provavelmente separando a unidade prisional de outra. A infraestrutura da escola é bem conservada, com paredes pintadas, aparelhos de ar condicionado em todas as salas e duas televisões que funcionam como monitores para recursos digitais.

METODOLOGIA

O objetivo desta pesquisa foi criar um perfil sociodemográfico das alunas que frequentam a unidade escolar. Utilizou-se um estudo exploratório com abordagem mista, empregando um modelo de questionário denominado Survey, proposto por Babbie (1999), para a coleta de dados. A escolha dessa metodologia foi motivada pelas características específicas do público-alvo e do ambiente de pesquisa, que impuseram a necessidade de adaptações metodológicas devido ao alto índice de rotatividade entre as alunas matriculadas. Essa rotatividade é influenciada por diversos fatores, como o estado de saúde física e emocional das internas, atividades da rotina prisional (visitas de familiares, idas ao fórum, consultas médicas ou psicológicas, entre outras), transferências entre penitenciárias, e decisões judiciais, como a concessão de alvará de soltura. E os dados deste ensaio foram analisados através da técnica de análise conteúdo, de Bardin (2016).

Para minimizar o viés na seleção da amostra, as entrevistas foram realizadas em um único dia, com todas as alunas presentes nos turnos da manhã e tarde. O questionário aplicado foi dividido em cinco blocos:

1. **Informações Gerais:** Incluiu 15 perguntas sobre: idade, sobre local de

residência antes da privação de liberdade, idade, etnia, tipo de moradia, composição familiar (Com quem morava antes da privação de liberdade?), estado civil, orientação sexual, histórico de violência, necessidades de reabilitação, religião, respeito à religião na instituição prisional, escolaridade, tipo de instituição do último nível de escolaridade concluído, situação profissional, e renda mensal aproximada.

2. **Instituição Prisional:** Continha 8 perguntas sobre o histórico na instituição, contato com familiares ou redes de apoio, acesso ao parlatório, motivo da perda de liberdade, histórico de privação de liberdade, tempo atual de privação, motivo da infração penal, e sentimentos de culpa pela infração.
3. **Saúde:** Incluiu 6 perguntas sobre o recebimento de itens de higiene pessoal, doenças que requerem medicação contínua, doenças sexualmente transmissíveis, necessidade de medicação controlada, uso de medicamentos sem prescrição e histórico de envolvimento com drogas ou entorpecentes.
4. **Participação na Educação de Jovens e Adultos:** Perguntou-se sobre a motivação para frequentar as aulas, objetivos com a participação, cursos realizados na instituição, planos para após a liberdade, entre outros.
5. **Atividades na Instituição Prisional:** Aplicou-se uma escala *Likert* para avaliar a satisfação com diversos serviços oferecidos na instituição, como banho de sol, atendimento médico, atendimento psicológico ou psiquiátrico, alimentação e práticas de atividades físicas; E respostas mistas para: assistência jurídica e defesa; assistência social; pretensão ao cumprir a pena; participação em programas na instituição prisional; casos de abuso, discriminação ou negligência.

A análise dos dados foi realizada considerando a homogeneidade e a heterogeneidade da população investigada, com base em dados do Senappen (2023). Isso permitiu relacionar os resultados da pesquisa com os dados oficiais sobre a população carcerária feminina.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No total, foram realizadas 62 entrevistas, conduzida por um dos professores pesquisadores autores deste trabalho.

A Tabela 1 apresenta um panorama detalhado do perfil das entrevistadas, destacando as características gerais dessas mulheres em situação de privação de liberdade. As principais informações revelam que a maioria das participantes é jovem e reside em comunidades ou favelas do Rio de Janeiro. A grande parte delas se identifica como parda e possui moradia própria. Em termos de situação familiar, a maioria mora com seus filhos e é solteira.

A orientação sexual predominante entre as entrevistadas é heterossexual e a

grande maioria não possui histórico de violência antes da reclusão. As participantes frequentemente relatam a necessidade de reabilitação devido ao abuso de drogas ilícitas e álcool. Religião desempenha um papel importante em suas vidas; a maioria se identifica como evangélica, com uma representatividade religiosa significativa dentro da instituição prisional.

No que diz respeito à educação, a maioria das entrevistadas não completou o ensino fundamental, sendo predominantemente alunas de escolas públicas. Antes do período de reclusão, muitas eram trabalhadoras e a maioria tinha ganhos mensais de até um salário-mínimo.

Tabela 01: Informações Gerais.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Idade (Média)	34,2 anos.
Local onde morava antes da privação de liberdade:	Comunidade ou favela - ≈46,77%.
Etnia tipo de moradia	Parda - ≈51,61%.
Tipo de moradia	Própria - ≈53,23%.
Com quem morava antes da privação de liberdade?	Filhos - ≈37,10%.
Estado Civil	Solteira - ≈75,81%.
Orientação sexual	Heterossexual - ≈53,23%.
Histórico de Violência	Não - ≈59,68%.
Necessidades de Reabilitação (Pergunta mista)	Sim - ≈54,84% (Abuso de drogas ilícitas e álcool).
Religião	Evangélica - ≈58,06%.
Sua religião é respeitada na instituição prisional?	Sim - ≈80,65%.
Escolaridade	Fundamental incompleto - ≈56,45%.
Tipo de instituição do último nível de escolaridade concluído	Pública - ≈82,26%.
Situação Profissional (Você trabalhava antes da privação de liberdade?)	Sim - ≈62,90%.
Renda mensal aproximada	Até 1 salário-mínimo - ≈48,39%.

Fonte: Própria do autor.

A Tabela 2 oferece uma visão detalhada sobre o histórico das entrevistadas dentro da instituição prisional. Observa-se que essas mulheres geralmente não mantêm contato com familiares, amigos ou redes de apoio externo durante o período de reclusão e não têm visitas íntimas.

A maioria das participantes perdeu a liberdade devido ao envolvimento com o tráfico de drogas e são predominantemente réus primários, ou seja, estão vivendo sua primeira experiência no sistema penitenciário. A grande parte das entrevistadas está reclusa há menos de seis meses, o que caracteriza a maioria como reclusas recentes.

Os delitos cometidos foram motivados por necessidades pessoais e, embora as entrevistadas afirmem que não cometeriam novamente os crimes pelos quais foram condenadas, muitas relatam carregar um peso na consciência devido aos atos cometidos.

Tabela 02: Instituição Prisional – Histórico na Instituição Prisional.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Mantém contato com familiares, amigos ou redes de apoio externo?	Não - ≈61,29%.
Tem acesso ao parlatório?	Não - ≈100%.
Motivo da perda de liberdade? (pergunta aberta)	Tráfico de drogas - ≈40,32%.
Já esteve em privação de liberdade anteriormente?	Não - ≈58,06%.
Tempo de privação de liberdade atual?	Até 6 meses - ≈32,26%.
Por que cometeu a infração penal? (pergunta aberta)	Necessidade - ≈41,94%.
Faria novamente?	Não - ≈90,32%.

Você se sente culpada pela infração penal? (pergunta mista) Sim - ≈53,23% (Consciência pesada).

Fonte: Própria do autor.

A Tabela 3 fornece uma visão abrangente sobre a saúde das entrevistadas na instituição prisional. Em relação ao recebimento de itens de higiene pessoal, aproximadamente 77,42% das participantes confirmam que recebem esses itens mensalmente.

No que diz respeito a doenças que requerem medicação contínua, 56,45% das entrevistadas relatam que não possuem tais condições. Da mesma forma, 95,16% das participantes não têm doenças sexualmente transmissíveis. Quanto às doenças que já necessitaram de medicação controlada, 62,90% afirmam que não tiveram esse tipo de problema.

Sobre o uso de medicamentos sem prescrição dentro da instituição, 67,74% das entrevistadas indicam que não fazem uso desses medicamentos.

Além disso, quando questionadas sobre histórico de envolvimento com drogas ou entorpecentes, 53,23% das participantes relatam que têm esse histórico, com o uso predominante de cocaína e maconha.

Tabela 03: Instituição Prisional – Saúde.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Recebe itens de higiene pessoal? (pergunta mista)	Sim - ≈77,42% (Mensalmente).
Doenças que requerem medicação contínua?	Não - ≈56,45%.
Doenças sexualmente transmissíveis?	Não - ≈95,16%.
Doenças que já necessitaram de medicação controlada?	Não - ≈62,90%.
Uso de medicamentos sem prescrição na instituição prisional?	Não - ≈67,74%.
Histórico de envolvimento com drogas ou entorpecentes? (pergunta mista)	Sim - ≈53,23% (Cocaína e maconha).

Fonte: Própria do autor.

A Tabela 4 ilustra o envolvimento das entrevistadas com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) na instituição prisional. Aproximadamente 96,77% das participantes expressam gostar de frequentar as aulas, destacando que essa experiência contribui para seu aprendizado e para a ocupação do tempo durante a reclusão.

Quando perguntadas sobre o que as motiva a frequentar as aulas, as respostas indicam que o desejo de aprender algo novo e obter um diploma são os principais impulsionadores. No entanto, muitas participantes mencionam a falta de cursos profissionalizantes e atividades extracurriculares na instituição, como aspectos que gostariam de encontrar na escola.

O objetivo principal das entrevistadas ao participar das aulas é o desenvolvimento pessoal e a preparação para o mercado de trabalho, conforme revelado nas respostas abertas.

Em relação à experiência anterior, aproximadamente 72,58% das participantes indicam que ainda não realizaram outros cursos dentro da instituição prisional. Quanto aos planos para o período após a saída da prisão, as entrevistadas manifestam interesse em procurar emprego e continuar seus estudos.

Tabela 04: Instituição Prisional – Participação na Educação de Jovens e Adultos – EJA.

PERGUNTAS

RESPOSTAS

Gosta de frequentar as aulas na instituição prisional? (pergunta mista)	Sim - ≈96,77% (Aprendizado e ocupar o tempo).
O que a motiva a frequentar as aulas? (pergunta aberta)	Aprender algo novo e obter um diploma.
O que gostaria de encontrar na escola que não tem? (pergunta aberta)	Curso Profissionalizante e Atividades extra-curriculares.
Qual seu objetivo ao participar das aulas? (pergunta aberta)	Desenvolvimento pessoal e Preparação para o mercado de trabalho.
Já fez outros cursos na instituição prisional?	Não - ≈72,58%.
Planos para após deixar a prisão?	Procurar emprego e Continuar estudos.

Fonte: Própria do autor.

A Tabela 5 oferece uma visão detalhada das condições enfrentadas pelas entrevistadas na instituição prisional, com base em uma escala de *Likert* que avalia o grau de satisfação em várias áreas:

- Banho de Sol: Aproximadamente 61,29% das participantes consideram o banho de sol como muito insatisfatório.
- Atendimento Médico: O atendimento médico é avaliado como muito insatisfatório por cerca de 85,48% das entrevistadas.
- Atendimento Psicológico ou Psiquiátrico: A insatisfação com o atendimento psicológico ou psiquiátrico é ainda mais acentuada, com 88,71% das participantes classificando-o como muito insatisfatório.
- Alimentação: A qualidade da alimentação é considerada muito insatisfatória por 93,55% das entrevistadas.
- Prática de Atividades Físicas: A prática de atividades físicas também é vista como muito insatisfatória por 95,16% das participantes.

Em relação à assistência jurídica e defesa, a maioria das entrevistadas, cerca de 64,52%, tem acesso à Defensoria Pública. Por outro lado, a assistência social é amplamente considerada como não disponível para 77,42% das participantes.

Sobre a pretensão ao cumprir a pena, as entrevistadas manifestam o desejo de trabalhar e continuar seus estudos após a reclusão.

Na instituição prisional, a participação em programas é limitada a áreas de educação e atividades religiosas. No que diz respeito a casos de abuso, discriminação ou negligência, 77,42% das entrevistadas relatam que não enfrentaram tais situações.

Tabela 05: Instituição Prisional – Condições na instituição prisional.

PERGUNTAS	RESPOSTAS
Banho de sol (<i>Likert</i>)	Muito insatisfatório - ≈61,29%
Atendimento médico (<i>Likert</i>)	Muito insatisfatório - ≈85,48%
Atendimento psicológico ou psiquiátrico (<i>Likert</i>)	Muito insatisfatório - ≈88,71%
Alimentação (<i>Likert</i>)	Muito insatisfatório - ≈93,55%
Prática de atividades físicas (<i>Likert</i>)	Muito insatisfatório - ≈95,16%
Assistência jurídica e defesa	Publico/ Defensoria Publica - ≈64,52%
Assistência social	Não disponível – Não tem - ≈77,42%
Pretensão ao cumprir a pena (Pergunta aberta)	Trabalhar e continuar os estudos.
Participação em programas na instituição prisional	Educação e Religiosos.
Casos de abuso, discriminação ou negligência	Não - ≈77,42%

Fonte: Própria do autor.

A formação continuada dos professores prisionais é essencial para adaptar as práticas pedagógicas às necessidades específicas das mulheres privadas de liberdade. De acordo com Arantes (2024) e Arantes, Mol e Carvalho (2024), a integração de recursos tecnológicos e práticas inovadoras pode melhorar significativamente a

qualidade da educação em contextos adversos. No entanto, a aplicação prática dessas estratégias deve ser cuidadosamente planejada para atender às realidades únicas dessas mulheres em situação de privação de liberdade.

Os dados da pesquisa revelam que a maioria das mulheres encarceradas enfrenta condições desafiadoras, como a falta de contato com familiares e amigos, dificuldades de saúde e uma insatisfação generalizada com aspectos essenciais da vida prisional, como alimentação, atendimento médico e oportunidades de atividades físicas. Aproximadamente 61,29% das participantes consideram o banho de sol muito insatisfatório, 85,48% avaliam o atendimento médico como muito insatisfatório, e 93,55% acham a alimentação insatisfatória. Essas condições refletem um ambiente que pode impactar negativamente a experiência educacional e o bem-estar das privadas de liberdade.

Freire (2023) e Dewey (2023) argumentam que a educação em contextos adversos deve ser emancipada e centrada na realidade dos alunos, com o objetivo de promover uma transformação social genuína. Nesse sentido, a capacitação dos professores prisionais deve ir além da mera transmissão de conhecimento, incorporando abordagens pedagógicas que considerem as experiências traumáticas e as vulnerabilidades das detentas. A pesquisa indica que muitas mulheres encarceradas têm histórico de violência e abuso, o que reforça a necessidade de uma formação continuada que inclua estratégias de ensino humanizadas e conscientes desses traumas.

A integração de recursos tecnológicos, como sugerido pela literatura recente, oferece oportunidades para que as detentas desenvolvam competências digitais relevantes. No entanto, como evidenciado pelos dados, a implementação de tecnologias na educação prisional deve ser cuidadosamente contextualizada. A adaptação das tecnologias para garantir acessibilidade e relevância é crucial para evitar a ampliação das desigualdades sociais e educacionais dentro das prisões.

Ademais, a educação deve ser vista como um direito humano fundamental, conforme ressaltado por Jager *et al.* (2021). O estudo destaca a urgência de políticas públicas que assegurem não apenas o acesso à educação dentro das prisões, mas também a sua qualidade. A formulação dessas políticas deve levar em consideração as especificidades de gênero, raça e classe das mulheres encarceradas, adotando uma abordagem interseccional para abordar as múltiplas opressões enfrentadas por elas.

Outro aspecto importante é a articulação entre a educação prisional e os serviços de apoio psicológico e social. Os dados indicam que as necessidades educacionais das detentas estão intimamente ligadas às suas condições emocionais e sociais. Portanto, a formação continuada dos professores deve incluir capacitação para identificar e colaborar com esses serviços, promovendo uma abordagem educativa mais integrada e holística.

Reconhecer a educação como um direito inalienável, e não como um privilégio, é

fundamental para fundamentar-se nos princípios dos Direitos Humanos. A educação nas instituições prisionais deve vislumbrar a reestruturação do senso de civilidade, promovendo a reintegração social e resgatando valores pessoais e morais que possam ter sido distorcidos ao longo do processo de formação humana e identidade (Da Silva; Lima; Santos, 2021; Basso; Nogaro; Fensterseifer, 2023).

Os resultados da pesquisa sugerem que a formação continuada dos professores prisionais deve ser adaptada para enfrentar as necessidades específicas das detentas, incluindo questões de violência, dependência química e outras vulnerabilidades. A capacitação dos educadores deve, portanto, focar em estratégias pedagógicas e práticas que reconheçam e respondam a essas realidades, promovendo uma educação mais inclusiva e eficaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo ressalta a grande importância de uma formação continuada adaptada para os professores prisionais, refletindo as necessidades e o perfil específico das pessoas privadas de liberdade. A educação prisional deve ser compreendida não apenas como um direito fundamental, mas também como um instrumento vital para a reintegração social e a construção de uma sociedade mais justa e equitativa.

Os resultados evidenciam que a atual prática educacional em ambientes prisionais necessita de uma reavaliação profunda. É essencial que a formação dos educadores inclua práticas pedagógicas inovadoras e humanizadas, ajustadas às complexas realidades enfrentadas pelas mulheres encarceradas. A implementação de estratégias que integrem recursos tecnológicos, respeitem as especificidades das alunas e promovam um ambiente educativo inclusivo e eficaz é fundamental para o sucesso da educação prisional.

A análise demonstrou a urgência de adaptar programas de formação continuada para abordar as questões de violência, dependência química e outras vulnerabilidades presentes entre as detentas. Essa adaptação deve se basear em uma pedagogia crítica e emancipatória, como proposto por Freire (2023) e Dewey (2023), promovendo um aprendizado que vá além da mera transmissão de conhecimentos, visando o desenvolvimento pessoal e a transformação social.

Futuros estudos devem investigar a eficácia de diferentes abordagens pedagógicas e programas educacionais nas instituições prisionais, com o objetivo de aprimorar continuamente a formação de educadores em contextos de privação de liberdade. A avaliação longitudinal dos impactos da educação prisional na reintegração social das mulheres encarceradas também é essencial para fornecer dados concretos que embasem políticas públicas mais eficazes.

Finalmente, a incorporação de recursos tecnológicos e digitais na educação prisional deve ser revista com atenção. Embora essas tecnologias ofereçam novas

oportunidades de aprendizado e desenvolvimento, sua implementação deve ser cuidadosamente planejada para garantir acessibilidade e relevância. Quando usadas de maneira adequada, essas ferramentas podem atuar como catalisadores para a transformação educacional dentro das prisões, preparando as mulheres para um futuro melhor e mais promissor, tanto dentro quanto fora dos muros prisionais.

REFERÊNCIAS

ARANTES, Sheila; **Sequência didática: Fundamentos e inovações para o ensino**. Rio de Janeiro: Editora Saber Online, 2024.

ARANTES, Sheila; MOL, Antônio Carlos; CARVALHO, Paulo Vitor. Aprimorando a Proficiência Digital: Um Framework Inovador para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica. **H2D Revista De Humanidades Digitais**, v.5. 2024.

BABBIE, Earl. **Métodos de Pesquisas de Survey**. Belo Horizonte: editora UFMG, 1999.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, 2016.

BASSO, Rochana; NOGARO, Arnaldo; FENSTERSEIFER, Daniel Pulcherio. A aprendizagem no sistema prisional: o extracurricular. **Cadernos de pesquisa**. São Luís, v. 30, n. 2, Abr./jun., 2023.

BRASIL. Ministério da justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen). 14º ciclo de coleta, jan./jun., 2023. Disponível em://www.gov.br/senappen/pt-br/assuntos/noticias/senappen-lanca-levantamento-de-informacoes-penitenciarias-referentes-ao-primeiro-semester-de-2023. **Acesso em: 10 jul. 2024**.

DA SILVA, Ana Paula Constatino; LIMA, Brenda Ferreira; SANTOS, Jussara Resende Costa. Educação Social: O Sistema Prisional e o Processo de Ressocialização dos Presos. **Epitaya E-books**, v. 1, n. 13, p. 194-211, 2021.

DEWEY, John. **Democracia e Educação**. Tradução de Marta Kohl de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes, 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 87.ed, Rio de janeiro: Paz e Terra, 2023.

JAGER, Iamini Torres; OLIVEIRA, Velfe Hollandino; FERREIRA, Marcio Roberto Antunes; MELLO, André Luiz Silva. Quem são elas e o que querem? Perfil de mulheres privadas de liberdade, alunas da Educação de Jovens e adultos de uma penitenciária carioca. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**. Rio de Janeiro: v.18, n.53, 2021.

JULIÃO, Elionaldo Fernandes. Escola na ou da prisão? **Caderno Cedes**, Campinas, v.36, n.98, p.25-42, jan.-abr., 2016.

MUSTO; Marcelo. Manuscritos econômico-filosóficos de 1844 de Karl Marx: dificuldades para publicação e interpretações críticas. **Caderno CRH**. Salvador, v.32, n.86, p.399-418, maio/ago., 2019.

SILVA, Ana Paula Constantino da; LIMA, Brenda Ferreira; SANTOS, Jussara Resende Costa Santos. Educação Social: O sistema prisional e o processo de ressocialização dos presos. **Educação, Sociedade e meio Ambiente: Práticas, Políticas e Inovação**. Rio de Janeiro: Editora Epitaya. p.194-211. 2021.

WORLD PRISON BRIEF. **Brazil: World Prison Brief Data.** Londres: Institute for Crime & Justice Policy Research, 2023. Disponível em: [Brazil | World Prison Brief \(prisonstudies.org\)](https://www.prisonstudies.org). Acesso em: **10 jul. 2024.**

ZAFANI, Gelci Saffiotte; COLOMBANI, Fabiola; YAZAWA, Thaís. Reflexões sobre a construção do homem moral: Impacto e perspectivas para a psicologia da educação. **Revista @mbienteeducação.** São Paulo, v. 16, n. 00, p. e023011, 2023.